

HABEAS CORPUS Nº 520.743 - SP (2019/0201907-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : RAUPH APARECIDO RAMOS COSTA
ADVOGADO : RAUPH APARECIDO RAMOS COSTA - SP139204
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FILIPE DE ALMEIDA PERES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FILIPE DE ALMEIDA PERES apontando como autoridade coatora desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2139895-78.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Posteriormente, foi concedida liberdade provisória, com a imposição de medidas cautelares diversas delineadas na audiência de custódia.

Ao receber a exordial acusatória, o juiz de primeiro grau decretou a prisão preventiva do acusado (e-STJ fls. 45/46).

Impetrado *habeas corpus* perante a Corte de origem, foi indeferida a liminar pleiteada (e-STJ fls. 47/49).

No presente *mandamus*, alega, em suma, que carece de fundamentação idônea o decreto prisional; que o "paciente é primário, portador de bons antecedentes, com residência fixa e profissão definida, e decisão recente deste Tribunal de Justiça demonstra o entendimento dos Doutos Ministros pela concessão da liminar em caso semelhante, onde foi deferida liminar nos autos do *Habeas Corpus* 518.829" (e-STJ fl. 4).

Pleiteia, ao final, a revogação da prisão preventiva. Subsidiariamente, pugna pela substituição da custódia corporal por medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal. Requer, ainda, a extensão dos efeitos da liminar parcialmente deferida ao corrêu, nos termos do artigo 580 do Código de Processo Penal.

A liminar foi deferida (e-STJ fls. 54/59).

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

Em consulta eletrônica ao andamento do HC n. 2139895-78.2019.8.26.0000 na origem, verifica-se que foi concedida parcialmente a ordem para revogar a prisão preventiva e restabelecer as medidas cautelares antes impostas.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo a ora paciente as medidas cautelares, o presente *habeas corpus* perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator